

Perícia indica que Gabriel foi morto por agressão; PMs são indiciados

Perícia revela que Gabriel morreu devido a agressões

Segundo o laudo, jovem sofreu golpe que provocou hemorragia. Conclusão indica que vítima foi levada sem vida ao açude

ADRIANA IRION
adriana.irion@zerohora.com.br

EDUARDO MATOS
eduardo.matos@rdgaucha.com.br

Gabriel Marques Cavalheiro, 18 anos, morreu em decorrência de um golpe desferido por objeto contundente, e não por afogamento. Os resultados da perícia confirmam o que a Polícia Civil já havia reunido na investigação e que levou ao pedido de prisão dos policiais militares envolvidos na abordagem ao jovem, ocorrida em 13 de agosto em São Gabriel, na Fronteira Oeste.

Também vem ao encontro de depoimentos prestados por duas testemunhas. Elas afirmam que o jovem foi espancado com cassetetes por PMs, antes de ser algemado e conduzido em uma viatura.

Segundo o laudo de necropsia, Gabriel apresentava marcas no pescoço decorrentes de um golpe que provocou uma lesão na cervical. Esse golpe foi o causador de hemorragia interna que se espalhou pela caixa torácica. Quando foi deixado em um açude, já não estava respirando. Essas são as conclusões do laudo apresentado na manhã de ontem pela cúpula da Segurança Pública do RS.

Conforme o laudo de necropsia, a morte de Gabriel ocorreu por perda sanguínea causada por ruptura de vasos na região cervical, com sinais de ação por instrumento contundente. Ou seja, uma hemorragia interna – resumiu a diretora-geral do Instituto-Geral de Perícias, Heloisa Helena Kuser, logo na abertura da entrevista coletiva.

Mesmo com o corpo imerso na água, não há nenhum sinal de afogamento. Pulmão e traqueia sem líquido, sugerindo que a morte ocorreu antes da submersão – complementou Heloisa.

Testemunhas viram Gabriel com vida pela última vez quando ele era colocado dentro da

viatura da Brigada Militar (BM) após a abordagem no bairro Independência. O corpo do jovem foi encontrado no dia 19, dentro de um açude na localidade de Lava Pé, a cerca de dois quilômetros do local da abordagem. Os três PMs que participaram da ocorrência – os soldados Raul Veras Pedroso e Cléber Renato Ramos de Lima e o segundo-sargento Arleu Júnior Cardoso Jacobsen – seguem recolhidos.

Espancamento

Conforme o laudo, o jovem tinha outra lesão na região da cabeça, num indicativo de que foi espancado. Segundo o delegado Fábio Motta Lopes, chefe da Polícia Civil, o resultado da necropsia vai ao encontro do que a investigação constatou por meio de outras provas:

– O laudo reforça a tese do homicídio qualificado, que é o crime que será, ao que tudo indica, analisado, processado, e julgado pelo Tribunal do Júri, em São Gabriel.

As qualificadoras foram elencadas por uso de recurso que dificultou a defesa da vítima e tortura. O delegado disse que não há indícios de participação de mais pessoas no crime.

O comandante-geral da BM, coronel Claudio dos Santos Feoli, disse na coletiva que o inquérito policial militar (IPM) resultará no encaminhamento da exclusão dos PMs dos quadros da corporação. Ressaltou que a BM tem o “dever de aplicar a lei e salvar vidas” e que esse caso é exceção.

– Nós somos 18 mil. Em 18 mil indivíduos, por melhor que seja a nossa formação e os nossos atos de preservação e manutenção de instrução, nós temos esse componente humano. E existe em qualquer organização. Quando esse componente humano se manifesta dessa forma, em dissonância ao que a instituição é vocacionada e o que os nossos procedimentos operacionais padrão preveem, não nos resta outra alternativa senão extirpá-los dos nossos meios – disse Feoli.



Detalhes do relatório do IGP foram divulgados em coletiva na Capital

Ministério Público promete “rigor técnico” na denúncia

Também presente na coletiva, o subprocurador-geral para Assuntos Institucionais do Ministério Público (MP), Júlio César de Melo, destacou que há indicativo de crime doloso contra a vida. Caberá à instituição oferecer a denúncia após a conclusão dos inquéritos. Todo o material resultante das investigações será analisado “com rigor técnico”, segundo Melo.

– (Haverá) análise de todos os fatos que integraram essas investigações. Se necessário poderá se pedir novas diligências – destacou Júlio Melo, ao explicar que após a chegada dos inquéritos as denúncias serão apresentadas pelo MP à Justiça em até cinco dias.

O secretário estadual da Segurança, Vanius Cesar Santarosa, durante a coletiva, voltou a se solidarizar com a família da vítima e a lamentar a conduta dos PMs.

– Todo o policial quando ingressa nas fileiras das polícias jura defender a sociedade com o risco de perder a própria vida. E esses três policiais não cumpriram isso. Fizeram ao contrário. Descumpriram os manuais operacionais da Brigada Militar e por isso são alvo dessa investigação integrada, transparente, rígida. Será cortado na carne. Serão submetidos às duras penas dos regulamentos militares e da Justiça comum – disse Santarosa.

Com a revelação de que Gabriel morreu em decorrência de agres-

são, os investigadores ainda têm um desafio: esclarecer a dinâmica da colocação do corpo no açude. Desde que os dados do GPS mostraram que a viatura parou ali perto por apenas um minuto e 50 segundos, há questionamentos sobre o tempo não ser suficiente para carregar o rapaz até a água. Por isso, a polícia não descarta que Gabriel tenha sido deixado, já sem vida, na região e, depois, alguém tenha retornado para colocar o corpo na água.

Motivação

Outro elemento a se esclarecer é a motivação para o uso de violência desproporcional. Quando foi abordado, Gabriel não reagiu. Estava embriagado e alegou estar perdido da casa do tio-avô – ele morava havia 15 dias na cidade. Ainda assim, conforme testemunhas, levou um tapa que o derrubou no chão e, depois, recebeu sequência de pelo menos três golpes de cassetete na cabeça e pescoço.

Uma das hipóteses para a violência poderia ser o fato de Gabriel ter se dirigido a um dos PMs como “fraco”. Isso foi relatado por uma das testemunhas. Ouvidos pela Polícia Civil e novamente pela Brigada, no final de semana, os três PMs presos negaram as agressões e morte de Gabriel. O inquérito da Polícia Civil deve ser concluído até a próxima quinta-feira, preenchendo lacunas que ainda existem no caso.

Inquérito da BM indicia os PMs por três crimes

HUMBERTO TREZZI
humberto.trezzi@zerohora.com.br

Também ontem, a Corregedoria da Brigada Militar indiciou os três PMs por homicídio qualificado, ocultação de cadáver e falsidade ideológica. O IPM considerou o resultado do laudo e o relato das testemunhas.

No IPM, o homicídio foi considerado quadruplicamente qualificado: por motivo fútil, com emprego de tortura, com recurso que impossibilitou defesa da vítima (as algemas) e por prevalência do agente de sua situação de serviço.

Os PMs estão sujeitos a penas de 12 a 30 anos de prisão pelo homicídio, em caso de condenação. Serão julgados, nesse crime, pela Justiça comum. Pelos demais crimes, responderão perante a Justiça Militar.

Contrapontos

O QUE DIZ A DEFESA DE ARLEU JACOBSEN

O advogado Ivandro Bitencourt Feijó enviou nota: “A defesa recebe o laudo de necropsia e continua confiante na inocência do 2º sargento Jacobsen. Estamos compreendendo os termos do laudo e os achados médicos. Muitas dúvidas ainda se encontram pairando no caso. Mas seguimos buscando a dinâmica dos fatos, especialmente em que momento ocorreu essas lesões e quais os demais desdobramentos”.

O QUE DIZ A DEFESA DE RAUL PEDROSO E CLÉBER DE LIMA
Vânia Barreto, defensora dos soldados, disse, no fim de semana, que “o último contato que os PMs tiveram com o Gabriel foi quando ele desembarcou da viatura, na estrada do Lava Pé. Eles sem tem a ver com o sumiço do rapaz.”



Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Página: 23